

Um
mundo de
oportunidades

Volume 12
Origem: animal

AGRO INSIGHT



Institucional

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidente da República

CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO

Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária

IRAJÁ REZENDE DE LACERDA

Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura e Pecuária

GUILHERME CAMPOS JÚNIOR

Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLOS GOULART

Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária

LUIS RUA

Secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária

MARCELO NARVAES FIADEIRO

Secretário de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLOS ERNESTO AUGUSTIN

Assessor Especial do Gabinete do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLA MADEIRA GONÇALVES SIMÕES DOS REIS

Chefe de Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério da Agricultura e Pecuária

Elaboração, distribuição, informações:

Ministério da Agricultura e Pecuária

Secretaria de Comércio e Relações Internacionais

Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR

Coordenação-Geral de Gestão dos Adidos Agrícolas

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D - 3º andar, Sala 300

CEP: 70043-900 Brasília - DF

Tel.: (61) 3218-2821 e-mail: divulgacao.scri@agro.gov.br

Editorial:

Priscilla Burmann

João Huguenin

Coordenação:

Luís Rua

Marcel Moreira

Carolina Eufemia Aquino de Sá

Ângela Pimenta Peres

Jennifer Santos Costa

Jennya Silva Brito

Equipe técnica:

Carlos Vitor Muller

Eduardo Sampaio Marques

José Guilherme Tollstadius Leal

Adriano Perrelli Pestana de Castro

Luciana Pich Gomes

Andrea Claudia Parrilla

Daniela de Moraes Aviani

Silvio Luiz Rodrigues Testaseca

Glauco Bertoldo

Nilton Antônio de Moraes

Paulo Márcio Mendonça de Araújo

Rodrigo do Espírito Santo Padovani

Leandro Diamantino Feijó

Jean Felipe Celestino Gouhie

Clóvis Augusto Versalli Serafini

Ricardo Zanatta Machado

Priscila Rech Pinto Moser

Rafael Mohana de Carvalho Refosco

Vanessa Medeiros de Jesus

Ana Lúcia de Paula Viana

Fabiana Villa Alves

Virgínia Arantes Ferreira Carpi

Ângelo de Queiroz Maurício

Bruno Cavalheiro Breitenbach

Marlos Schuck Vicenzi

Fernanda Vanessa Mascarenhas

Magalhães

Marco Aurélio Pavarino

Dalci de Jesus Bagolin

Ellen Elizabeth Laurindo

Adriane Reis Cruvinel

Frederique Rosa e Abreu

Warley Efreim Campos

Márcio Rezende Evaristo Carlos

Marco Túlio Santiago

Luiz Cláudio de Santana e Caruso

Rafael D'Aquino Mafra

Ana Carolina Miranda Lamy

Diego Leonardo Rodrigues

Juliano Vieira

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e o sítio da Internet onde pode ser encontrado o original (www.gov.br/agricultura).

Catálogo na Fonte

Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

Resumo

O AgrolInsight nasce do compromisso do Ministério da Agricultura e Pecuária com o fortalecimento da presença do agronegócio brasileiro no mercado internacional.

Desenvolvido pela Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI), com apoio dos adidos agrícolas presentes em 38 países, o material reúne análises estratégicas e oportunidades de negócios para produtores, exportadores e associações setoriais que buscam crescer de forma competitiva e sustentável.

Com base nas diretrizes do ministro Carlos Fávaro e sob a liderança do secretário Luis Rua, o AgrolInsight é resultado do esforço de uma equipe dedicada que acredita no potencial do Brasil como potência agroexportadora.

Este relatório é mais do que um compilado de dados — é uma ponte entre o agro brasileiro e o mundo.

O BEM-ESTAR ANIMAL NA ALEMANHA: EXPECTATIVAS POLÍTICAS E IMPLEMENTAÇÕES DO SETOR PRIVADO

Data: 15/12/2025

Posto: Berlim/Alemanha

Palavras-chave: bem-estar animal; BEA; Alemanha; barreiras não tarifárias; rotulagem; varejo; UE.

Responsável: Eduardo Sampaio Marques; Ana Paula Chaves de Araujo Kraus.

SUMÁRIO:

O bem-estar animal (BEA) ocupa posição central na política agropecuária, no comportamento do consumidor e nas estratégias comerciais do varejo na Alemanha. O país combina um arcabouço legal robusto, baseado na Lei de Proteção Animal e em normas complementares, com instrumentos de mercado que comunicam padrões de criação diretamente ao consumidor por meio de rotulagens e selos. Nos últimos anos, a Alemanha tem adotado exigências de BEA superiores ao piso europeu, ao mesmo tempo em que enfrenta incertezas quanto ao financiamento público para a conversão da pecuária. Paralelamente, o varejo passou a exercer papel determinante na definição dos padrões efetivamente demandados da cadeia produtiva. Este Agrolnsight analisa os principais marcos regulatórios, o comportamento do consumidor e o funcionamento dos instrumentos públicos e privados de rotulagem, com foco nas implicações práticas para fornecedores e exportadores de produtos de origem animal.

INTRODUÇÃO

A proteção e o bem-estar animal (BEA) na Alemanha refletem a crescente demanda social por padrões mais éticos na criação de animais, em paralelo à expansão de sistemas de produção cada vez mais eficientes do ponto de vista econômico. A crítica à pecuária de grande escala ganhou força a partir do final da década de 1960 com o advento da intensificação da pecuária e em 1972 foi promulgada a Lei de Proteção Animal (Tierschutzgesetz – TierSchG), estabelecendo os princípios mais modernos de bem-estar animal.

Na Alemanha, o tema bem-estar animal aparece em praticamente todas as gôndolas de produtos de origem animal nos supermercados: bandejas de carne com indicação de sistema de criação, leites segmentados por tipo de alojamento das vacas, ovos com selos “sem abate de pintinhos”, entre outras identificações (Fig. 1). Esse padrão de exposição do tema no varejo ajuda a explicar por que, na Alemanha, BEA funciona simultaneamente como pauta política, instrumento regulatório e critério comercial.

Figura 1 - Produtos em gôndola de supermercado apresentando diferente tipos de selos (Bio Bio, WWF, selo orgânico da UE) e classificação do nível de BEA no sistema de produção de 1 a 5.



Fonte: Pesquisa de campo do adido agrícola, 2025

O bem-estar animal tem influenciado o comportamento nutricional e tomada de decisão de compra de alimentos da população. Um relatório de nutrição publicado pelo Ministério da Agricultura, Alimentação e Comunidades da Alemanha (BMLEH) em novembro de 2025, mostra que 77% dos entrevistados consideram total ou parcialmente relevante a questão de como o animal foi criado ao selecionar um alimento de origem animal.

O tema também ganhou evidência significativa e prioridade nos planos do governo da “Coalizão Semáforo” (2021-2025), quando uma reforma estrutural centrada no bem-estar animal, representou um esforço coordenado entre o Ministério da Alimentação e Agricultura, sob a liderança de Cem Özdemir, e das comissões especializadas, que atuavam como pilares consultivos e decisórios com respaldo político e social, compostas por políticos, cientistas, associações e ONGs.

Dentre as principais iniciativas, destacavam-se a Comissão sobre o Futuro da Agricultura e a Comissão Borchert para o Bem-Estar Animal. Além de rever a normatização no país, ambos os comitês eram responsáveis por mensurar os custos de padrões mais rigorosos, a fim de auxiliar o governo na elaboração e implementação de políticas públicas.

A mudança de governo em maio de 2025 redefiniu a forma de apoio estatal ao bem-estar e à proteção animal na Alemanha. No governo anterior, com forte participação do Partido Verde, o tema figurava como prioridade. A orientação atual ficou clara com o anúncio da descontinuidade antecipada do 'Programa Federal para a Reestruturação da Pecuária', a partir de 2026, medida percebida pelo setor pecuário como um sinal de retração do apoio público e de transferência da responsabilidade pela elevação dos padrões de bem-estar animal para o próprio mercado.

O Programa de Reestruturação da Pecuária teve como objetivo induzir a adaptação gradual da pecuária alemã a padrões mais elevados de bem-estar animal, com início na suinocultura, por meio do apoio a reformas e construção de novas instalações.

Esse documento visa analisar e esclarecer o os impactos do tema “bem-estar dos animais de produção” nas políticas públicas, no consumo e nas cadeias produtiva.

2. Políticas públicas e principais marcos

O arcabouço alemão de BEA permanece ancorado na Lei de Proteção Animal (TierSchG), de 1972, e em normas complementares, em especial, um conjunto de portarias federais que detalham exigências por etapa e finalidade: a TierSchNutzTV (pecuária e condições de criação e manejo), a TierSchTrV (transporte de animais) e a TierSchIV (abate, incluindo contenção e insensibilização). Além disso, a proteção animal encontra-se desde 2002 como objetivo de Estado na Constituição alemã, inclusão impulsionada pela primeira coalizão federal SPD–Aliança 90/Os Verdes (1998–2002).

Ao longo dos últimos anos, decisões judiciais e revisões normativas intensificaram a pressão para restringir práticas específicas. A Alemanha frequentemente adota ou se antecipa em exigências de BEA acima do piso europeu, a exemplo da proibição da castração de leitões sem anestesia (desde 2021), do fim do abate rotineiro de pintinhos machos (desde 2022) (prática possibilitada pela sexagem de ovos), da exigência de material de enriquecimento ambiental orgânico e rico em fibra na suinocultura (obrigatória desde 2021), da limitação do uso de gaiolas de contenção para matrizes suínas (regulamento em período de transição) e da rotulagem obrigatória do sistema de criação para produtos de produtos de origem animal, aprovada em 2023, com início previsto para 1 de janeiro de 2027 (após adiamento da previsão inicial, ver abaixo).

Em 2019 foi criada a Comissão Borchert, sob o governo da então ministra agricultura Julia Klöckner, e presidida pelo ex-ministro Jochen Borchert, reunindo especialistas da ciência, do setor agropecuário, da indústria, do varejo, da política e de organizações ambientais para formular recomendações para a reestruturação da pecuária alemã. Em fevereiro de 2020, a comissão propôs elevar, ao longo de 20 anos, toda a pecuária a um patamar significativamente superior de bem-estar animal.

O conceito baseava-se em quatro pilares: rotulagem obrigatória, financiamento de longo prazo para a conversão das instalações, aperfeiçoamento da legislação de bem-estar animal e novas regras de construção e licenciamento. Para a transição, estimou-se a necessidade de € 3,6 bilhões anuais até 2040, financiados via taxação do consumo de produtos de origem animal, com impacto médio de cerca de € 35 per capita por ano. No entanto, a comissão encerrou suas atividades em 2023, sem implementação integral das propostas, em razão da ausência de decisão política sobre um mecanismo permanente de financiamento das reformas.

Em 2025, a reorganização política interna na Alemanha alterou a prioridade do apoio estatal ao tema. O acordo de coalizão assinado em maio de 2025 entre os partidos CDU/CSU e SPD indica compromisso com altos padrões de BEA, mas com ênfase na desburocratização e na agilização do licenciamento de instalações de criação. Na prática, o governo revisou cronogramas e o desenho da rotulagem estatal, antecipou o fim do auxílio ao financiamento do programa de reestruturação da pecuária e modificou a estrutura institucional do tema dentro do BMLEH, ao substituir a figura técnica da Comissária de Bem-Estar Animal por uma indicação vinculada ao próprio gabinete.

A rotulagem estatal (THKG), marco relevante atual no quesito BEA, em sua versão original, introduziu um rótulo obrigatório para carne suína fresca produzida na Alemanha, organizado em cinco níveis de alojamento, com previsão de extensão futura para outras espécies e produtos. O início da obrigatoriedade no varejo estava previsto para 1º de agosto de 2025, mas foi aprovada uma alteração que prorrogou a transição até 2027 e foi acompanhada de sinalização de uma reforma “fundamental” do sistema, incluindo a sua ampliação para produtos importados.

Além do calendário regulatório, há incertezas quanto ao financiamento do BEA a partir de 2026. O BMLEH anunciou o encerramento antecipado do Programa Federal de Reestruturação da Pecuária, que previa € 1 bilhão ao longo de quatro anos, conforme prometido em 2022 pelo governo anterior. O governo agora propõe deslocar esse apoio para a estrutura da Comunidade de Tarefas para a Melhoria da Estrutura Agrária e da Proteção Costeira (GAK), um instrumento de cofinanciamento entre o governo federal e os estados federados, priorizando investimentos e reduzindo o papel de um programa federal específico voltado exclusivamente ao bem-estar animal.

Além dos instrumentos já vigentes, o debate sobre o BEA na Alemanha incluiu, até 2025, uma tentativa de revisão da Lei de Proteção Animal, que buscava atualizar exigências legais em áreas como manejo, transporte e abate, mas que não se consolidou em alteração legislativa até o momento.

Entre os pontos discutidos, a reforma prevê a ampliação da rotulagem obrigatória para transporte e abate, além dos sistemas de criação, já contemplados; restrições mais rigorosas ao transporte de animais vivos, com incentivo a abates descentralizados e móveis; a eliminação de sistemas de criação associados a sofrimento evitável, incluindo o uso prolongado de contenção tie-stall/tethering; o endurecimento das regras para intervenções não curativas, com exigência de anestesia e supervisão veterinária para procedimento de descorna, por exemplo; a obrigatoriedade de videomonitoramento em áreas sensíveis de matadouros; e o aumento das sanções por infrações à legislação de proteção animal, inclusive com a transferência de dispositivos para o âmbito penal.

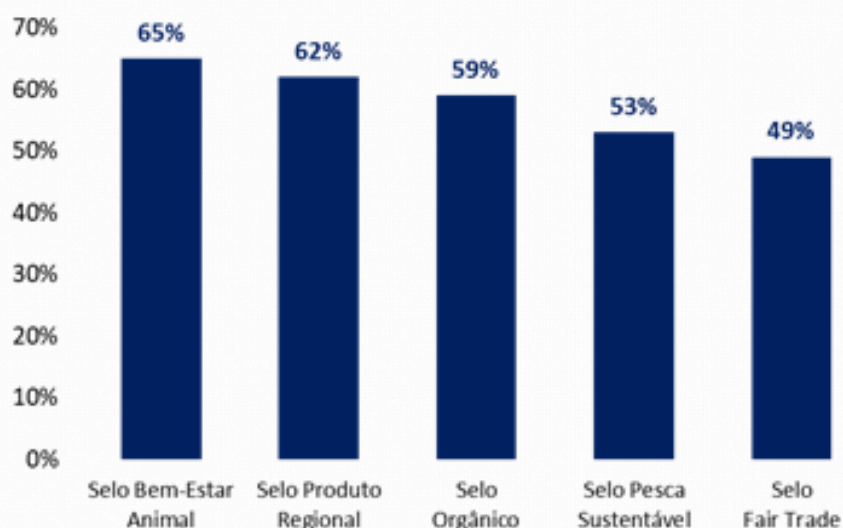
Em conjunto, esses marcos indicam que o bem-estar animal permanece como eixo estruturante da política agropecuária alemã, ainda que com ajustes nos instrumentos e no ritmo de implementação.

3. Comportamento do consumidor e dinâmica de compra

O consumidor alemão declara alto interesse por informações da BEA, porém esse interesse está condicionado também ao preço do alimento. Segundo os varejistas, apenas uma minoria de seus clientes estaria disposta a pagar mais por produtos com o selo de bem-estar animal, conforme respondido por cerca de 65% dos entrevistados na Alemanha (Lebensmittel Zeitung, 2022).

No relatório de nutrição “Como a Alemanha come” publicado em novembro de 2025 pelo BMLEH, os dados mostraram uma distinção relevante entre transparência e decisão de compra. Enquanto 81% dos consumidores consideram importante ou muito importante que as embalagens tragam informações sobre as condições de criação e manejo dos animais, 77% afirmam efetivamente levar em conta como o animal foi criado no momento da escolha do produto. A diferença indica que a demanda por informação supera sua aplicação direta na decisão de compra e indica o papel da rotulagem como requisito de compra. Especificamente, 65% das pessoas afirmaram prestar atenção ao selo de BEA (Fig. 2), frente a 36% em 2015.

Figura 1 - Porcentagem de consumidores na Alemanha que prestaram atenção aos selos de bem-estar animal, orgânicos ou de comércio justo ao comprar alimentos em 2025.



Fonte: BMLEH, 2025

Quando questionados sobre seus hábitos alimentares, 2% afirmam seguir uma dieta vegana e 7% uma dieta vegetariana, enquanto 37% se declaram flexitarianos, consumindo carne apenas ocasionalmente e optando, em geral, por reduzi-la de forma consciente. Observa-se que as mulheres adotam com maior frequência dietas vegetarianas (9%) ou flexitarianas (43%). A proteção animal aparece como motivação central atribuída às dietas com menos produtos de origem animal. Em lares com crianças, a atenção ao selo é maior (71%, contra 62% em lares sem crianças).

4. Selos e rotulagens de BEA: o que o mercado alemão realmente usa

O mercado na Alemanha está migrando para a coexistência de instrumentos estatais e privados de certificação, a partir de rotulagens que são comunicados ao consumidor por meio de níveis e selos distintos, assim como ilustrado na figura 3.

Figura 3 - Carne de frango apresentando diferentes tipos de selos: de bem-estar animal ("Für mehr Tierschutz"), produto regional, sem OGM e classificação 3 (granja com ar fresco) do sistema privado de certificação da produção animal



No eixo público, a lei de rotulagem da pecuária (THKG) também define cinco categorias e exige rotulagem clara e visível em alemão para carne suína fresca produzida no país (Fig. 4; tabela 1), com regras de rastreabilidade e previsão de sanções. O primeiro nível representa o padrão mínimo legal de espaço para suínos em fase de engorda e o último nível 5, "orgânico", estipula o maior espaço possível e área externa para o animal, além de atender aos critérios do Regulamento (UE) 2018/848. O QR code no rótulo da forma de criação serve para permitir o acesso dos consumidores a informações detalhadas sobre as formas de criação

Figura 4 - Selo estatal de rotulagem de carne suína (ainda não em uso)



Fonte: BMLEH, 2025

Fonte: Fonte: Pesquisa de campo do adido agrícola, 2025

Tabela 1 - Requisitos para atendimento os diferentes níveis de bem-estar animal para cada uma das categorias da rotulagem estatal, para suínos.

Classificação do selo	Categoria animal e espaço correspondente
"Stall" Confinamento estabeulado	30-50 kg: 0,5 m ² ; 50-110 kg: 0,75 m ² ; > 110 kg: 1 m ² .
"Stall + Platz" Confinamento estabeulado Com mais espaço	Min. 12,5 % de espaço a mais que o nível 1.
"Frischlufstall" Confinamento com ar fresco	30-50 kg: 0,7 m ² ; 50-120 kg: 1,3 m ² ; > 120 kg: 1,5 m ² . Confinamento com acesso à área externa: 30-50 kg: 0,7 m ² ; 50-120 kg: 1,1 m ² ; > 120 kg: 1,4 m ² .
"Auslauf/Freiland" Acesso à piquete/ criação ao ar livre	30-50 kg: 0,5 m ² na área interna e 0,25 m ² na área externa; 50-120 kg: 1,0 m ² na área interna e 0,5 m ² na área externa; > 120 kg: 1,5 m ² na área interna e 0,8 m ² na área externa.
"Bio" Orgânico	35-50 kg: 0,8 m ² na área interna e 0,6 m ² na externa; 50-85 kg: 1,1 m ² internos e 0,8 m ² externo; 85-110 kg: 1,3 m ² na área interna e 1,0 m ² na externa; > 110 kg: 1,5 m ² internos e 1,2 m ² externo.

Fonte: BMLEH, 2025

No eixo privado, destaca-se a Initiative Tierwohl (ITW), um programa setorial fundado em 2015 pelas maiores redes de varejo de alimentos (Edeka, Kaufland, Lidl, Netto, Penny, Real e Rewe) e estruturado para financiar, padronizar e auditar melhorias de BEA acima do mínimo legal, com participação de elos da produção primária, indústria e varejo. Segundo dados divulgados pela iniciativa, a ITW abrange 13.300 fazendas (6.600 de engorda de suínos, 1.100 de matrizes, 1.500 de leitões, 2.800 de aves e 1.300 de bovinos), além de 23 empresas do comércio de alimentos e gastronomia e 115 abatedouros. O controle é realizado por 144 auditores. Em 2024 foram reportadas 27.243 auditorias, com 99% de aprovação. A iniciativa indica ainda que sua cobertura alcança 90% dos frangos e perus, 60% dos suínos em engorda e 20% dos bovinos na produção nacional alemã.

Paralelamente, a Haltungsform (forma de criação), sistema privado, funciona como uma escala de classificação (Fig. 5) em cinco níveis, utilizada pelo varejo para comunicar, de forma padronizada, o tipo de sistema de criação associado ao produto. Esse sistema não substitui os selos existentes; ele organiza e enquadra diferentes padrões e certificações dentro de uma mesma escala, o que explica a coexistência de diversos logotipos no mercado alemão (figura 7), muitas vezes acompanhados do respectivo nível Haltungsform.

Figura 5 – Exemplos de selos para produtos lácteos categorizados por nível de bem-estar animal adotado na produção de acordo com o sistema “Haltungsform”



Fonte: Haltungsform.de, 2025

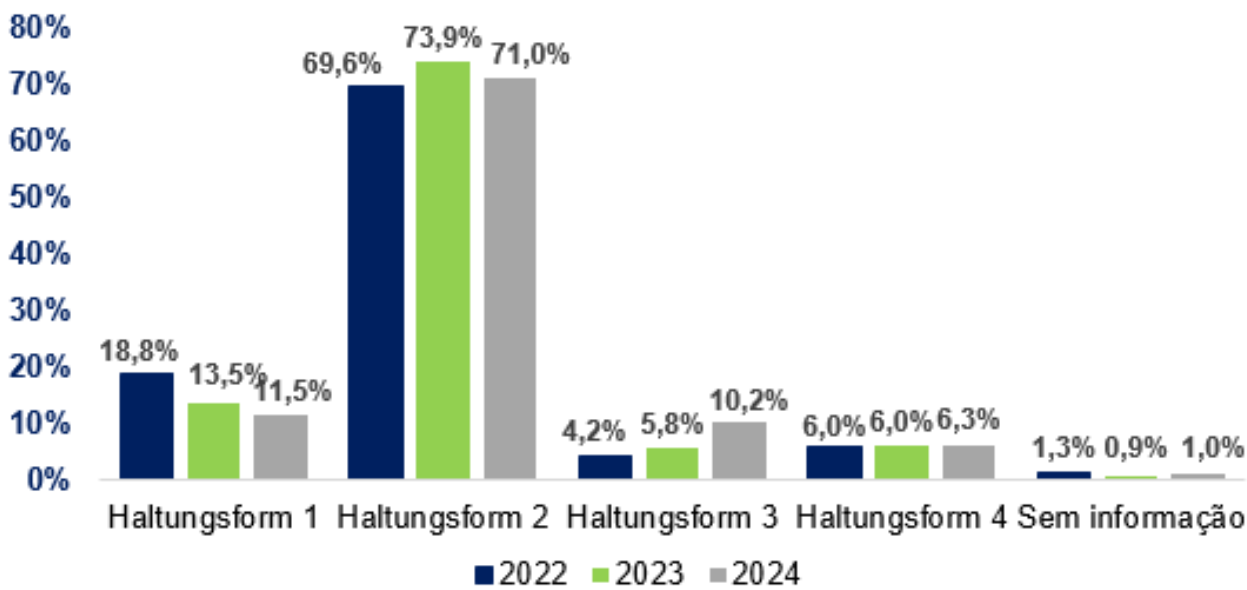
Figura 6 - Exemplos de selos privados que certificam critérios adotados de bem-estar animal e/ou sustentabilidade na criação de bovinos de corte.



Fonte: www.Kaufland.de, 2025

As metas do varejo, tanto em redes de desconto quanto em supermercados tradicionais, têm sido direcionar o sortimento para classificações mais altas de criação. A meta declarada pelas principais redes é que, até 2030, 100% da oferta esteja enquadrada a partir do nível 3, o que exigirá esforços dentro da cadeia de produção, visto que o nível 2 de classificação ainda predomina, representando bem mais da metade das vendas (fig. 7). Atualmente, os principais supermercados da Alemanha já utilizam seus próprios selos de BEA. Na prática, o varejo passa a atuar como regulador “de fato” do bem-estar animal. Alguns dos requisitos por nível de classificação do selo privado são apresentados na Tabela 2.

Figura 7 - Participação das diferentes categorias de sistemas de criação nos produtos de carne fresca das marcas próprias de supermercados na Alemanha, de 2022 a 2024



Fonte: Greenpeace, 2024

Entre os selos mais conhecidos na Alemanha estão o selo orgânico alemão (Bio) e o selo de bem-estar animal (Tierwohl). O produto orgânico mais comprado são os ovos, que foram adquiridos exclusivamente ou frequentemente por 64% dos participantes da pesquisa em 2022/23. Além de vários critérios para a criação adequada de cada espécie, o selo orgânico também exige, por exemplo, a proibição de certos insumos; portanto, não é comparável a um selo puramente de bem-estar animal.

Tabela 2- Alguns dos critérios para classificação de BEA em um dos 5 níveis dos produtos dentro do sistema privado Haltungsform (sistema de criação)

Espécie	Nível 1 Stall	Nível 2 Stall + Platz	Nível 3 Frischlufstall	Nível 4 Auslauf + Weide	Nível 5 Bio
					
Suíno	Área mín. legal, 0,5 m²; 30–50 kg: 0,75 m²; 50–110 kg: 1,0 m²; > 110 kg: baias individuais; Enriquecimento ambiental simples.	30-50 kg: 0,563 m²; 50-110 kg: 0,844 m²; > 110 kg: 1,125 m²; enriquecimento ambiental adicional.	Galpão com abertura: 30-50 kg: 0,7 m²; 50-120 kg: 1,3 m²; > 120 kg: 1,5 m² ou com área externa: 30-50 kg 0,7 m² 50-120 kg 1,1 m²; > 120 kg: 1,4 m²; inclusão de palha;	30-50 kg: 0,75 m², sendo 0,25 externo; 50-120 kg: 1,5 m², sendo 0,5 ext.; > 120 kg: 2,3 m², sendo 0,8 ext.; Área externa permanente; enriquecimento orgânico. Não OGM + % ração regional	< 110 kg: 1,3 m² no galpão e 1 m² externo; > 110 kg: 1,5 m² galpão e 1,2 m² externo. Área externa permanente. Substratos orgânicos e material para “fuçar”.
Frango	Até 39 kg/m²; cama seca para ciscar; alojamento fechado.	Até 35 kg/m²; enriquecimento ambiental adicional (palha, pedras de bicar); 1 item por 150 m².	25–29 kg/m²; acesso constante ao ambiente externo; mais enriquecimento por lote. Ração sem OGM na engorda	Máx. 21 kg/m²; acesso ao ar livre por 1/3 da vida; área externa vegetada; mais enriquecimento. Linhagem de crescimento lento. Não OGM e ração regional	Máx. 21 kg/m²; acesso ao ar livre sempre que possível; 4 m² área externa por animal; 1/3 da vida fora do estábulo. Linhagem de crescimento lento. Não OGM e ração regional + ração orgânica
Bovino de corte	Espaço mínimo: ≤150 kg 1,5 m²; ≤220 kg: 1,7; ≤400 kg: 1,8; >400 kg: 2,2 m²; preferência por estábulo com área de locomoção; pode haver contenção.	≤150 kg: 1,5 m²; ≤220: 1,8; ≤400: 2,5; > 400: 3,0 m²; opção (bois/novilhas): pasto 120 dias/2 h ou piquete de 4,5 m²/animal; para touros: sem contenção;	Maior área por animal em relação ao 2; Acesso pleno a piquete (mín. 3 m²/animal) ou pasto 120 dias/6 h; sem contenção.	Maior área em relação ao nível 3. Acesso constante ao pátio ou pasto (mín. 1 m²/100 kg PV); sem contenção; Não OGM + % ração regional	Acesso contínuo ao pasto; grandes áreas por animal; sem contenção; padrões reforçados de cama e ventilação. Não OGM + % ração regional + ração orgânica
Vaca leiteira	Baias 1:1 por animal; preferencialmente <u>free-stall</u> .	1:1 ou baias: >350 kgm = 4 m²/vaca; opção: pasto 120 dias/2 h ou piquete/área de área de movimentação com 4,5 m²/vaca (mín. 16 m² contínuos)	1:1 ou (sem camas; >350 kg) 5 m²/vaca ou pasto 1.000 m²/vaca; pátio anual ≥3 m²/vaca ou pasto 120 dias/6 h; sem amarração	Acesso contínuo ao piquete e pasto ou 120 dias/6 h; mínimo 6 m²/animal para deitar-se; sem contenção. Não OGM + % ração regional	Acesso regular ao pasto; espaço aumentado; bem-estar reforçado. Alimentação diferenciada (orgânica, % regional e % fresca).

Fonte: Haltungsform.de, 2025

Os critérios de forma detalhada para todas as espécies podem ser conferidos em https://www.haltungsform.de/wp-content/uploads/ITW_Haltungskriterien.pdf

Figura 8 - Comparação da rotulagem de bem-estar animal pública e privada

Aspecto	THKG (público)	Haltungsform (privado)
O que é	Lei federal de rotulagem.	Selo voluntário do varejo.
Finalidade	Padronizar informação, criar transparência + base legal de controle.	Simplificar e categorizar os diversos selos de BEA.
Desde quando	Lei de 2023; obrigatoriedade adiada para 2027.	Em uso desde 2019.
Escopo/escopo inicial	Carne suína fresca doméstica com pretensão de expansão.	Já engloba várias espécies (bovino de corte e leite, suínos, perus, pato, frango, coelhos, ovos) e produtos (ex. ovos, lácteos).
Fiscalização	Autoridade pública + sanções.	Sem fiscalização própria; auditoria depende do programa de certificação.
Como funciona	Categorias definidas em lei.	Organiza vários selos/padrões em 5 níveis.
Coexistência	Pode coexistir com selos privados.	Já nasce para coexistir com selos.
Agrega valor	Não cria prêmio automático.	A compensação vem dos programas por trás dos certificados e são repassados ao produtor.

5. Considerações

Com as alterações na prioridade dada ao tema pelos diferentes governos nos últimos anos, na prática, decisões privadas — como a Haltungsform, a Initiative Tierwohl e as metas de redes influentes atualmente pesam mais do que a regulação estatal, isoladamente, sobre o acesso de produtos à gôndola e seu posicionamento de preço.

Para o Brasil, esse contexto cria uma janela de preparação de médio a longo prazo, especialmente relevante para acompanhar o enquadramento de produtos importados sob a obrigatoriedade da rotulagem estatal e estruturar um possível processo de conformidade ou para manter a competitividade com produtos locais que deverão atender aos níveis superiores de classificação, demandados pelo mercado alemão. O tema pode representar nova barreira não tarifária indireta, sobretudo em um ambiente político europeu que valoriza as cláusulas-espelho.